

Luzes e Trevas: Itinerários da Procissão do Fogaréu em Goiás*

GT 13 – Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades

Clovis Carvalho Britto

Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Este trabalho investiga como a Procissão do Fogaréu de Goiás foi (re) inventada, constituindo-se em uma herança transmitida de geração em geração que é recriada constantemente em função de seu ambiente e de sua história, ou seja, um patrimônio intangível. Celebrar uma celebração é, dessa forma, reconhecer a importância dos ritos e festividades religiosas e profanas que participam da produção de sentidos específicos de lugar e de território. Para tanto, pretendemos iluminar as origens desta manifestação em cidades ibéricas; sua disseminação nas cidades coloniais brasileiras; até a sua chegada e evolução em Goiás durante os séculos XVIII e XIX. Em seguida, visualizaremos sua feição atual, (re) criada na década de 1960; algumas das formas de transmissão; e a função que o patrimônio arquitetônico da cidade de Goiás assume no ritual.

Palavras-Chave: Fogaréu – patrimônio – cidade.

* Trabalho apresentado na 26.^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

O Fogaréu é o espetáculo resultante do encontro das chamas da festa e da lembrança na foz ardente da comemoração, rememoração. Festeja-se a lembrança de um acontecimento e promove-se a celebração de uma lembrança. Através da evocação são reforçados valores e traços culturais considerados significativos e o rito mantém acesa a memória. Quando os ponteiros do relógio se enamoram à zero hora de Quinta Feira Santa, Goiás se torna um rio de fogo cujas margens são casas e igrejas e os navegantes são milhares de moradores e turistas, guiados pelo farol metafórico que é a figura dos farricocos. O farricoco é a luz que procura a Luz nas trevas e, ao mesmo tempo, a sombra humana ao encontro do Cristo-Luz.

De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2003) não apenas o centro histórico de Goiás deve ser considerado patrimônio cultural da nação. A Procissão do Fogaréu também deve ser considerada patrimônio à medida que, apesar de sua fugacidade, já que ocorre apenas uma vez durante o ano, confere ao centro histórico e à cidade um particular significado que é indissociável de sua identidade como patrimônio cultural. Desse modo, as igrejas, ruas e largos, assim como os rituais, a indumentária e as formas específicas de participação da comunidade constituiriam elementos fundamentais na dinâmica cultural de Goiás e o Fogaréu, nesse aspecto, seria um contundente exemplo de patrimônio (imaterial ou intangível) que também deve ser preservado.

É possível reconhecer na Procissão do Fogaréu de Goiás alguns elementos que possuem uma continuidade histórica suficiente para que possamos considerá-los essenciais à celebração. Alguns estão presentes desde as origens, outros foram incorporados à tradição de forma que é impossível imaginá-la sem eles. Em algumas cidades brasileiras, por exemplo, o Fogaréu é realizado sem a presença dos farricocos. Já os moradores de Goiás, provavelmente, não o conceberiam sem estes personagens. Também não imaginariam as luzes da cidade acesas ou o ambiente sem a fumaça do querosene maculando a lua cheia na madrugada do dia de Endoenças. Para muitos, o Fogaréu é o retorno à terra natal, o reencontro com familiares, amigos e a cidade umbilical. Há os que o consideram como uma oportunidade de comunhão, fé e autoconhecimento. Outros apreciam apenas seu aspecto estético, como moinho do tempo que marca a alegoria dos gestos e o clímax da Semana Maior. Mas independente do interesse, o percurso dos farricocos já está grafado na memória. Mesmo que em uma memória de flashes, como a daqueles que pretendem fixar o momento, congelando o instante na fotografia ou adquirindo uma lembrança nos artesanatos, ou dos que, não mais crianças, só conseguem acompanhar o espetáculo nas janelas ou se aventurando em atalhos para não perder o clarão de vista (Cf. BRITTO, 2008).

O fato é que, apesar de constituir uma das principais manifestações religiosas e folclóricas de Goiás e porque não dizer do Brasil (por atrair milhares de pessoas, unir várias

gerações, criar vínculos através de suas simbologias, aumentar a auto-estima do grupo portador e herdeiro do seu legado e propiciar o desenvolvimento econômico através do turismo), a Procissão do Fogaréu é ainda pouco estudada, sendo mínima sua bibliografia e documentação. Dessa forma, é necessário descrevê-la de modo que possibilite tanto a apreensão de sua complexidade, contemplando a identificação dos agentes e significados atribuídos, processos de produção, circulação e consumo, e o contexto cultural específico; quanto compreender sua origem, continuidade histórica e as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Partindo desse entendimento, nos deteremos a uma passagem em particular (Jo, 18, 3) que narra à perseguição antes da prisão de Jesus no Monte das Oliveiras: “Tendo, pois Judas recebido a corte e oficiais dos principais sacerdotes e fariseus, veio para ali com lanternas, e **archotes** e armas” (p. 146, grifo nosso).

O rememorar dos cristãos nos ritos da Semana Santa, e em outras festividades e solenidades, contribui para fixar certas características do “comportamento mítico”. Em Goiás, conforme assinalaremos mais detidamente nos próximos itens, assim como na maioria das cidades ibéricas e nas coloniais brasileiras, este legado de rememoração a partir de ritos que anualmente recuperam o drama da Paixão de Jesus, adquiriu e adquire significados que ultrapassam a pura representação da prisão descrita no Evangelho.

A Procissão do Fogaréu, através de seu personagem central, o farricoco, oferece inúmeras outras possibilidades de interpretação. Por isso, analisaremos o farricoco não apenas como mero coadjuvante da narração da Paixão de Jesus. Ao contrário, demonstraremos como esse motivo conquistou autonomia, transformando-se, por si só, em uma outra narrativa: metamorfoseando-se de figura central de um processo disciplinador e civilizador implantado pelo catolicismo, para um signo de fé e cultura popular, num diálogo entre sagrado e profano que resulta em uma alegoria. Esta consciência aflora quando percebemos que o Fogaréu, como celebração, ao rememorar a perseguição e prisão de Cristo, confere centralidade não ao *Salvator Mundi*, como ocorre nos demais ritos da Semana Santa, mas ao *Peccator* que deve reconhecer sua condição e se esforçar para se aproximar do exemplo do Mestre. Para tanto, basta lembrarmos que não é o estandarte com a figura do Cristo preso que vem imediatamente a mente dos espectadores quando questionamos sobre o Fogaréu. O farricoco e o espetáculo provocado pelas chamas são os elementos centrais. Conforme assinala Paulo Bertran (2002), o Fogaréu é desde o século XVIII uma das grandes festas populares feéricas, justamente por seu caráter maravilhoso (pertencente ao mundo da magia, das fadas, do espetáculo).

Também não podemos desprezar a importância do elemento fogo e seus significados: Do grego *pyr* e do latim *purus*, significa pureza e purificação. Para Ronaldo de Faria (2006), o

fogo além de inspirar ricas metáforas, sempre alimentou o mecanismo da intuição simbólica, tornando-se elemento privilegiado para reconstruir o inacessível. O autor apresenta o caráter contraditório deste elemento que, ao mesmo tempo, ilumina, aquece e queima. Assim, representa a luz e a destruição, a purificação e a espiritualização, tornando símbolo tanto do que é divino, quanto do que é demoníaco. Analisando o fogo na Procissão do Fogaréu, o destaca sob dois aspectos: “o primeiro do ponto de vista dos farricocos, que representam os mantenedores da ordem, portanto o ‘fogo’ enquanto instrumento de coação, de repressão. O último, do ponto de vista de Deus, vinculado à luz, á purificação” (p. 55).

De acordo com Luís da Câmara Cascudo (1954), em seu *Dicionário de Folclore Brasileiro*, o Farricoco também era chamado de Faricoco, Maceiro, Gato da Misericórdia, Gato, Coca, Papangu ou “A Morte”:

Afastando o povo com a matraca (...) seguiam as Procissões dos Passos. (...) Esses encarregados de anunciar o desfile religioso ou defender a ordem das filas contra a intrusão dos meninos e vadios sofriam ataques, pedradas, obrigando as Irmandades a substituí-los posteriormente nas Procissões dos Fogaréus ou dos Passos. Dizia-se também Farricoco aos irmãos condutores de andores, desde que envergassem vestimenta típica, ainda corrente nas procissões de Sevilha, de aparatosa impressão popular. (...) Tomava parte das extintas procissões de cinzas, caminhando à sua frente, armado de um comprido relho, com que ia fustigando o pessoal que impedia a sua marcha (p. 257- 258 e 471).

1. Em busca do tempo perdido: itinerários de uma tradição ibérica

Diferente de outras manifestações religiosas/populares, como as festividades do Divino que são apontadas por Eduardo Etzel (1995) como luso-brasileiras, a Procissão do Fogaréu e seu personagem símbolo, o farricoco, comparecem tanto em Portugal, quanto na Espanha, e em algumas de suas colônias na América, contribuindo para que possamos designá-los como de origem ibérica.

Conforme assinala Mary Del Priore (1994), uma origem européia comum teria embalado as festas coloniais no Brasil. Com a centralização de jovens Estados, como foi o caso de Portugal, tais eventos serviram à cristalização de idéias absolutistas, a exemplo dos exagerados ritos em homenagem aos bispos visitantes da Santa Inquisição. Tais atividades festivas eram manifestas através de procissões que possuíam uma função pedagógica:

A difusão das procissões, em dias de festa religiosa, colocava em evidência a mentalidade das populações, que viam no rito processional uma função tranquilizante e protetora. (...) a Igreja passa a lhes dar justificativas históricas e teológicas. Mas aproveita também para disciplinar e controlar as populações. (...) Isto porque as procissões são simultaneamente fenômenos comunitários e hierárquicos. (...) A importância das festas religiosas cresce de tal maneira depois do Concílio de Trento, confirmando o investimento catequético e pastoral que as norteavam, que

publicações especializadas para orientar o clero na sua organização e realização começaram a sair (p. 48-49).

De acordo com Adalgisa Campos (2005), as irmandades foram instituições pioneiras na difusão e proliferação dos ritos do culto da Paixão, com destaque para as do Santíssimo Sacramento, do Senhor dos Passos e da Penitência. Nesses ritos, interessa-nos investigar as funções do Farricoco e os momentos em que se faziam/fazem presentes.

Conforme nos ensina Paulo Bertran (2002), citando Alexandre Herculano, o farricoco estaria associado à penitência, a uma punição imposta àqueles que não seguissem as determinações da Igreja, procedimento imposto aos burgueses de Braga, assim como em Sevilha, na Espanha, “prescrito em uma das muitas revoltas que tiveram contra o arcebispado daquela antiga Sé de Portugal” (p. 59). Em vez da pompa e luxo demonstrados pelas irmandades, representando os vistosos cavaleiros vestidos de seda com espadas de prata e alamares a buscar Cristo para aprisioná-lo, os “desviantes” deveriam comparecer as celebrações “com a estamenta de lã grosseira dos pecadores, e o chapéu cônico, o capuz dos condenados (...) correndo descalço a machucarem os pés nas pedras à luz de archotes. O farricoco” (p. 59).

Concordamos com tais afirmações e compreendemos que esta primeira imagem do farricoco ligada à penitência foi reforçada por uma das modalidades de pena impostas pelo Tribunal da Inquisição: o sambenito. De acordo com Luiz Mott (1993), o Santo Ofício tinha por obrigação espionar, denunciar, prender e remeter para o Tribunal de Lisboa os indivíduos que incorressem em alguns dos delitos reconhecidos pela Inquisição: heresia (blasfêmia, sacrilégio, feitiçaria, protestantismo, judaísmo, pacto com o demônio); bigamia; sodomia (cópula anal e homossexualidade); e solicitação (ato desonesto ou convite dos sacerdotes no confessionário). Pesquisando os registros da Torre do Tombo de Lisboa, Mott destaca que algumas das punições às faltas consideradas mais leves eram o sambenito, hábito penitencial humilhador que identificava a condição de penitente e que deveria ser usado por tempo arbitrado pelo Tribunal, ou açoites pelas ruas.



Fig. 1 – *O Tribunal da Inquisição*
Detalhe – Penitente e Sambenito
Francisco de Goya (1812-19)

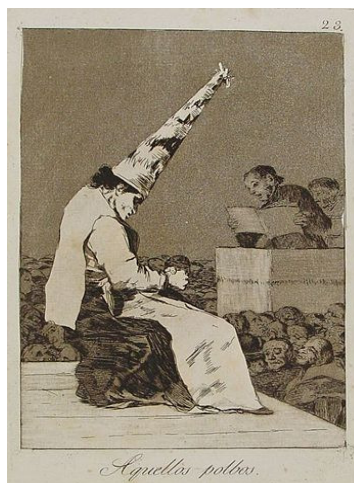


Fig. 2 – *Aquellos Polvos / Série*
Los Caprichos.
Francisco de Goya (1799)

Observamos que inicialmente o farricoco possuía um caráter de penitência e estigmatização. Sua presença nas procissões estava relacionada à expiação pública de faltas cometidas e ser farricoco era ser portador de um estigma. Para Erving Goffman (1988), uma das cenas fundamentais da sociologia ocorre quando “normais” e estigmatizados se encontram em presença imediata uns dos outros, visto que estes momentos propiciam que ambos enfrentem diretamente as causas e efeitos do estigma. O estigma, nesse aspecto, seria uma característica depreciativa no status moral do indivíduo que a apresenta, fato que o torna inabilitado para a plena aceitação social. Em “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1988), suas análises se detêm no estudo sobre a situação dos indivíduos incapazes de se enquadrarem de forma plena nos padrões normalizados pela sociedade, seja por deformações físicas, psíquicas, de caráter ou por qualquer característica que os torne diferentes e/ou inferiores.

Enquanto o clero secular possuía uma atuação que se limitava à celebração dos sacramentos, os leigos foram agentes por excelência de disseminação do denominado “catolicismo barroco”, manifesto em suas confrarias. Tais confrarias, segundo Martha Abreu (1994), foram instituídas a partir de irmandades ou ordens terceiras (estas vinculadas às ordens religiosas), que poderiam reunir membros de distintos grupos sociais, estabelecendo solidariedades verticais, ou servir como associações de classe, profissão, nacionalidade e “cor”. Daí a estreita relação do farricoco com as irmandades e ordens terceiras.

As irmandades do Santíssimo Sacramento, do Senhor dos Passos, da Penitência e da Misericórdia foram associações de destaque e se constituíram ao longo da Idade Moderna em “palcos de sociabilidades, promotoras de laços fraternais e estreitamento de relações entre os seus membros e entre estes e a comunidade” através de “manifestações rituais” (ARAÚJO,

2006, p. 156). Cada irmandade instituía as obrigações de seus confrades. Segundo o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618:

Os irmãos eram obrigados a comparecer na confraria cinco vezes no ano: dia da visitação de Nossa Senhora (para elegerem a Mesa), dia de S. Lourenço (para escolherem a Junta), dia de Todos os Santos (para irem em procissão à força buscar os ossos dos padecentes), dia de S. Martinho (para participarem no ofício pela alma dos irmãos defuntos), e **quinta-feira maior (para integrarem a procissão das Endoenças)** (ARAÚJO, 2006, p. 156-157, grifos nossos).

Dessa forma, apesar das outras irmandades e ordens utilizarem os farricocos em seus ritos, em procissões de Cinzas, do Senhor dos Passos, e do Senhor Morto, foi através das Misericórdias (vinculadas as Santas Casas) que estes personagens ganharam força, especialmente na Procissão das Endoenças. Endoenças, do latim *indulgentias*, eram as solenidades religiosas realizadas na Quinta-Feira Santa e, de acordo com a Enciclopédia Católica Popular, seria um antigo rito público de absolvição dos pecadores no fim da penitência quaresmal, “que, na Península Ibérica (ritual visigótico-moçárabe), ocorria na Sexta-Feira Santa, e, no resto da Igreja latina, na Quinta-Feira Santa, ainda hoje conhecida popularmente por ‘Quinta-Feira de Endoenças’” (Cf. FALCÃO, 2004).

Em algumas cidades de Portugal a Procissão de Endoenças recebe o nome de Procissão do “Ecce Homo”, que relembra a passagem bíblica em que a multidão pedia a Pilatos a crucificação de Cristo: após ouvir o pedido da multidão em fúria, o governador mandou açoiá-lo e o mostrou ao povo para movê-lo à compaixão, com estas palavras - *Ecce Homo*. Em Braga, Portugal, esse cortejo, chegou a ser proibido:

pelos abusos que se foram introduzindo: exageros nas **atitudes penitenciais e aproveitamento de alguns para, de cara velada, insultarem ou desmascararem os desmandos de outros**. Além disso, aconteciam, por vezes, cenas chocantes de penitentes, desmaiados pelo rigor dos cilícios e autoflagelação. Durante o percurso eram-lhes distribuídos doces e até vinho. O romancista Antero de Figueiredo retrata essas cenas num dos seus livros. Esta procissão foi interrompida, em 1809, pela proibição imposta pelo governo francês, quando das Invasões. Também pela ocasião da proclamação da República, houve alguns condicionamentos de actos de culto, fora das igrejas (Quaresma e solenidades da Semana Santa 2007, grifos nossos).

Em Braga, os farricocos também se fazem presentes na Procissão do Enterro do Senhor, na Sexta-Feira da Paixão, cujas comemorações ocorrem ainda hoje. Organizada pelas Irmandades da Misericórdia e de Santa Cruz, a procissão é acompanhada por outras irmandades: Real Confraria de Santa Maria de Braga, Cavaleiros das Ordens Soberanas de Malta e do Santo Sepulcro de Jerusalém que, em sinal de luto, vão com a cabeça coberta e com as matracas silenciadas.



Fig. 3 e 4 – Farricocos na Semana Santa de Braga
Divulgação: Portal Cidade de Braga, Portugal, 2006.

Esse imaginário também estava presente em diversas cidades da Espanha, país cujas irmandades tiveram um papel importante na difusão e realização dos ritos da Paixão. De acordo com Juan Vela (2004), analisando os documentos do arquivo da Catedral de Málaga, as confrarias tiveram a função de consolidar e explicitar os preceitos católicos, especialmente a partir do século XVII, corporações estas que teriam sido fundamentais para o desenvolvimento da vida cultural na cidade.

Inúmeras cidades espanholas abrigam irmandades de penitentes com seus ritos processionais durante a Semana Santa. Muitas mantêm suas tradições até os dias de hoje, com destaque para as existentes em Sevilha, Málaga, Madrid, Salamanca e Bilbao. A indumentária dos irmãos é composta por um *sayón* (túnica) com um *cordón* (cordão ou cinto) amarrado na cintura e um capirote (capuz), seguindo as cores do emblema da confraria, elementos que serviriam para salvaguardar a identidade do penitente, que são divididos em três grupos: os que carregam passos (imagens), os que carregam velas, e os que carregam cornetas e tambores. Exemplo latente é a Semana Santa de Bilbao, iniciada em 1554 pela Confraria da Vera Cruz, e que até hoje conserva ritos como a Procissão dos Nazarenos e a Procissão do Silêncio, na madrugada de Sexta-Feira da Paixão.

De acordo com a Enciclopédia Wikipédia Espanha (2007), a forma cônica dos capuzes dos nazarenos da Semana Santa espanhola (e por analogia poderíamos dizer dos farricocos de Goiás) evocaria uma aproximação do penitente ao céu, interpretado por muitos cristãos como lugar de salvação. Esse valor simbólico se aproximaria do que têm os ciprestes, árvores de copa pontiaguda, presentes nos cemitérios cristãos que teriam o condão de aproximar os mortos aos céus.



Fig. 5 e 6 – Nazarenos nas cerimônias da Semana Santa em Sevilha, Espanha.
Site El Nazareno, 2003

É interessante observarmos como o Fogaréu foi sendo moldado com o passar dos tempos. Seu caráter inicial pautado por penitência, condenação e flagelação, se transformou em uma festa de rememoração da prisão de Cristo e, atualmente, compreende inúmeras outras leituras, como lócus de memória, folclore, turismo e fé, reforçando o caráter mítico de sua narrativa ao ser reiteradamente transmitido e celebrado. Porém, tal celebração não se limitou aos fiéis/espectadores do Velho Continente. Vejamos como esta narrativa atravessou o Atlântico, firmando raízes, estabelecendo rizomas e produzindo frutos em terras brasileiras.

2. Pater, pátria, patrimônio

Após termos realizado uma espécie de “arqueologia” da Procissão do Fogaréu na Península Ibérica, compete, agora, lançarmos luzes sobre sua disseminação no Brasil. Convém destacar que, num primeiro momento, a prática dos Fogaréus ou das Endoenças foi “transplantada” do além-mar com o aval da Igreja e, assim como na Europa, difundida pelas irmandades.

Segundo Mary Del Priore (1994), no período colonial percebe-se nitidamente a circulação de idéias entre Brasil e Portugal, nos dois sentidos, gerando uma intimidade que permitia que na Colônia as imagens da MetrÓpole fossem importadas e reelaboradas. Havia, desse modo, uma circularidade que era praticada e atualizada de acordo com as especificidades de cada região. Por isso, a idéia de um mero “transplante” das práticas portuguesas para a América é de certo modo empobrecedora. Tais narrativas eram aclimatadas e desenvolvidas segundo as condições e necessidades coloniais. Assim, acreditamos que o tipo ideal “semeador”, elaborado por Sérgio Buarque de Holanda (1988), nos oferece uma contribuição relevante. Poderíamos afirmar que os portugueses, na América, teriam sido semeadores não apenas ao construir suas cidades, mas ao difundir suas práticas: “pois este semeador não é como o agricultor que minimamente modifica a natureza inserindo

nela o esforço de seu trabalho, ele é mais como um pássaro que leva as sementes no bico, aspergindo-as por onde passa em seu vôo sem rumo ou destino” (TORRÃO FILHO, 2003, p. 115).

De acordo com Câmara Cascudo (1954), o farricoco correspondia ao “maceiro da Misericórdia no Rio de Janeiro, ao gato da Misericórdia ou simplesmente gato (...) na Bahia, aos farricocos do Ceará e do Pará, e ainda este nome em São Paulo ou ‘A Morte’” (p. 257) e ao papangu no Recife. Observamos que esta narrativa se frutificou em diferentes regiões do Brasil, seguindo e atualizando seu mito de origem.

Com relação à Procissão do Fogaréu, acredita-se que o primeiro registro em terras brasileiras que se tem documentado foi em decorrência da sua realização na Bahia em 1618:

Foram os missionários jesuítas que, em plena época da catequese, instituíram no Brasil, na aldeia de Sancti Spiritus, na Bahia, a primeira procissão de Fogaréus, de que temos notícia. Assim nos conta o Pe. Fernão Cardim: ‘a procissão foi devotíssima, com muitos fachos e fogos, disciplinado-se a maior parte dos índios que dão em si cruelmente. Levaram na procissão muitas bandeiras e um principal velho levava um devoto crucifixo debaixo do pátio’. (...) Na Bahia tinha curso desde 1618 (PIO, 1977, p. 34-35).

Foi a Irmandade da Misericórdia, fundada em 1549 em Salvador, que contribuiu consideravelmente para a sua disseminação no Brasil. Todavia, os pesquisadores têm encontrado dificuldades para o levantamento histórico sobre esta instituição, já que por ocasião da ocupação holandesa na Bahia (1624-1625) os arquivos da irmandade foram queimados (Cf. CABRAL, 2007). Vestígios da Procissão do Fogaréu na Bahia podem ser encontrados na Igreja da Misericórdia e no Museu de Arte da Bahia, em Salvador. Em 1722 foram introduzidos na Igreja da Misericórdia dois painéis em azulejo português, retratando a Procissão dos Ossos e a dos Fogaréus. “A primeira tinha a finalidade de recolher, anualmente, os ossos dos justicados e dar-lhes sepultura cristã, e foi realizada pela última vez na Bahia em 1825. A segunda, extinta em 1862, era realizada pelos Irmãos da Misericórdia na noite de Quinta-feira Santa, dramatizando a procura de Jesus pelos judeus” (Cf. Site Igreja da Misericórdia da Bahia, 2007).

Fernando Pio (1977) informa que a bandeira da Misericórdia constituía um emblema nas Procissões dos Fogaréus. Segunda relata, a do Rio de Janeiro data de 1626 e teria sido feita conforme modelo de Lisboa. Também destaca que em 1726 começava na Paraíba a Procissão dos Fogaréus, período em que, provavelmente, percorria as ruas do Recife. A procissão gradualmente vai perdendo o seu caráter de penitência para se transformar em dramatização da prisão de Cristo.

No Recife, a partir de 1789, a Procissão dos Fogaréus teria sido realizada pela Irmandade de Nossa Senhora de Conceição dos Militares, na Quinta-feira Santa. Em 1832 foi realizada pelos franciscanos do Convento do Recife, conforme o seguinte documento:

Meritíssimo Sr. Irmão Ministro e Digníssimos Mezários: Tenciono, si o tempo permitir, expor à veneração dos fieis catholicos a sentimental procissão chamada de Fogaréus, na qual se representa a Jesus Christo levado de hum a outro Tribunal e como para maior aparato de decência religioza se fassa mister a assistência de VV.CC. depreco q. se dignem ajuntar, formando corpo de ordem pa. acompanhar a mincionada procissão q. deverá ser às 6 horas da tarde Qta. Fra. Sta. (...) Deus guarde a VV.CC. Sou com todo o respeito de VV.CC. Vor. Servo e Irmº affectuoso. Fr. Francisco do Santíssimo Nome de Maria Macedo – guardiam. Convento de Sto. Antônio do Recife, 12 de abril de 1832 (p. 35).

Em Minas Gerais também existem referências a esta procissão. Câmara Cascudo (1954) transcreve um trecho da ata da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto, na sessão de 14 de fevereiro de 1796, que trata da instituição dos farricocos:

Foi proposto pelo Ir. Procurador na presença de toda a Mesa que era o mais custoso nas procissões da Ordem o acharem Irmãos que carregassem os Andores tanto pelo peso dos mesmos, e igualmente que devem ter como pela falta que fazem nas alas, para a coluna dos Irmãos, e como **nesta mesma Ordem antigamente se costumava haver farricocos à imitação do que se usa na corte em Lisboa, e outras cidades européias**, o que ouvido por todos determinaram se comprasse algodão e se mandasse tingir cento, noventa, e duas varas para se fazerem os trinta, dois farricocos de que se precisam (p. 258, grifos nossos).

Todavia, a partir da segunda metade do século XIX, os relatos sobre o Farricoco e a Procissão do Fogaréu vão ficando cada vez mais raros. Conforme destaca Mary Del Priore (1994), ao perceberem que não podiam suprimir as festas, a Igreja e o Estado decidiram integrá-las à vida social mediante regras do que seria considerado como bom comportamento. A Igreja tenta separar o sagrado do profano, daí a sistemática objeção às comemorações festivas consideradas lócus da embriaguez, da luxúria e da vaidade. Medidas como a proibição de mulheres em determinadas procissões ou a proibição de qualquer tipo de culto noturno, são instauradas. Tanto a Igreja, quanto o Estado, contribuíram, de certo modo, para extinção ou modificação de celebrações como as congadas, cavalhadas e a Procissão do Fogaréu.

No Recife, por exemplo, em 1831 o Código de Posturas da Câmara Municipal dispunha: “ficam proibidos os farricocos ou papangus, figuras de morte e de tirano, nas procissões que a Igreja celebra no tempo da Quaresma” (CASCUDO, 1954, p. 471). Já em Olinda, o fim da procissão teria ocorrido da seguinte forma:

Contam velhos moradores de Olinda que, ao chegar à sua Diocese, o novo Bispo D. Manoel Pereira não conhecia, talvez, esta procissão. Estava na Sé, a presidir os atos da Semana Santa, quando entra, igreja adentro, o bando dos fogaréus, com seus archotes e cacetes. Espanta-se o Bispo e intima-os a que se retirem sem demora. E foi o fim dos Fogaréus em Pernambuco... (PIO, 1977, p. 37).

A prática do Fogaréu na Quinta-feira de Endoenças vem sendo recuperada atualmente em algumas cidades brasileiras. Em quatro delas, podemos afirmar que já se constitui uma tradição ou uma tradição inventada, conforme nos ensina Eric Hobsbawm (1997): Oeiras (PI), São Cristóvão (SE), Paraty (RJ) e na cidade de Goiás (GO). Porém, a de Goiás se aproxima mais das procissões ibéricas e coloniais brasileiras, visto ser a única que ainda mantém a figura dos farricocos. Acompanhemos, então, como esta narrativa se constituiu no coração do Brasil.

3. O tempo redescoberto ou a Paixão celebrada em vernáculo

Poderíamos afirmar seguramente que a Procissão do Fogaréu da cidade de Goiás constitui uma das principais celebrações de Endoenças existentes no Brasil, não apenas pela expressiva quantidade de pessoas que consegue atrair, pelo espetáculo e apelo emocional que provoca, mas por conseguir imprimir especificidades, constituindo-se numa narrativa dentro de outra narrativa. É de domínio público que a Procissão do Fogaréu atualmente realizada em Goiás foi (re) criada pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT na década de 1960 (Cf. DELGADO, 2005). Porém não foi uma reinvenção arbitrária, visto que já ocorria em terras goianas desde o século XVIII. Além do desejo de recuperar a auto-estima, abalada com a transferência da Capital para Goiânia, a reintrodução do Fogaréu assume duas importantes funções: a de consolidar o mito, já que ela atualiza a narrativa e a reitera a cada ano; e a de não apenas reproduzir um passado distante, mas de dar um sentido atual, reconhecê-lo, celebrá-lo. Assim, o importante na narrativa não é o produto em si, mas a sua transmissão.

A Procissão do Fogaréu e seu personagem símbolo, o farricoco, constituem em latente exemplo de patrimônio imaterial, justamente por este caráter de narrativa mítica, ou seja, por ser transmitido de geração para geração e constantemente recriado em função de seu ambiente e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e fazendo eco com a lição proustiana do tempo redescoberto. Daí considerar sua importância não apenas por ser a única no Brasil nestes moldes, mas justamente pela forma com que o mito é atualizado. Desse modo, não é descabido reconhecermos esta celebração como vernácula ou vernacular.

Compreendermos a Procissão do Fogaréu como vernácula, significa reconhecê-la como portadora de características excepcionais e arquetípicas que contribuem à formação de uma identidade goiana. Recebendo influências externas tardias e devido ao isolamento da cidade, os moradores de Goiás conseguiram, a seu modo, reinterpretá-las imprimindo um trabalho único a partir dos materiais e condições disponíveis. Seu ritual consegue refletir uma

cosmovisão específica existente no interior do país, adaptada às particularidades do meio ambiente. Consiste em um exemplar testemunho do modo de vida dos séculos XVIII e XIX adotado pelos agentes em face da distância de Portugal e da costa brasileira e também das transformações do século XX, quando a comunidade estava ávida por reencontrar suas raízes e rizomas culturais. De acordo com Francisco Javier López Morales (2001), um dos principais argumentos que balizaram o reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio Mundial foi justamente o modo como o cotidiano de seu povo interage com sua arquitetura vernacular:

O reconhecimento internacional significa não apenas que tem um valor universal como também que tem um valor intrínseco, porque transmite a alma dos povos. E são os povos que se reconhecem nesse tipo de patrimônio mais profundamente do que no patrimônio monumental, em que evidentemente há um tipo de identidade de caráter internacional, mas não íntima. O reconhecimento é muito importante porque isso nos alerta para que tenhamos maior cuidado em não destruir o que é cotidiano e por isso desdenhado muitas vezes (p. 2).

Assim como na maioria das cidades coloniais brasileiras, as comemorações da Semana Santa na cidade de Goiás foram instituídas pelo clero e disseminadas pelas irmandades religiosas. Desde 1734, documentos eclesiásticos regularam missas, procissões e obrigações quaresmais (Cf. SILVA, 2006). Todavia, não se sabe exatamente quando as celebrações da Semana Santa foram iniciadas em Goiás. Sua primeira referência seria: “em 1743 a Igreja Matriz de Sant’Ana por ameaçar a cair, foi demolida e depois levantada sob a orientação do padre João Perestrello de Vasconcelos Spínola, tendo funcionado para a Semana Santa de 1745” (Cf. CARNEIRO, 2005; MENDONÇA, 1981).

O que podemos afirmar seguramente é que a primeira referência, encontrada até o presente momento, que se aproxima da imagem de um farricoco na cidade de Goiás consiste na descrição de Johann Emmanuel Pohl (1951) quando descreveu a Procissão de Passos em 19 de abril de 1820:

Já antes, em 19 de abril, eu assistira a uma festa igualmente pertencente á Semana Santa, a procissão do Senhor dos Passos. (...) Às cinco horas da tarde houve sermão e finalmente começou a procissão, que seguiu para a matriz, atravessando todas as ruas da cidade. Centenas de pessoas, mulatos e negros, escravos na maior parte, abriam o cortejo, **fazendo exercícios de penitência que lhes haviam sido impostos na confissão. Tinham a parte inferior do tronco envolta num vestido de mulher, o rosto escondido por um pano** (...). Muitos se flagelavam, mas isso parecia antes ostentação, pois se açoitavam tão cautelosamente e lentamente que não se podia notar grande efeito. (...) **Seguia-se um homem embuçado de preto**, que de tempos em tempos tocava um longo chifre, arrancando-lhe sons cavos, abafados. (...) Seguiam-se, aos pares, à distância de três braças, **os irmãos do Santíssimo** com os seus mantos de seda vermelha e velas de cera (p. 332-333, grifos nossos).

Como podemos verificar, no século XVIII, mesmo na Procissão dos Passos era a Irmandade do Santíssimo Sacramento quem possuía centralidade. Nesta cena descrita por Pohl, observamos a presença de penitentes com vestes que se aproximam das dos farricocos.

Inicialmente, como na Europa e nas demais cidades brasileiras, o farricoco assumia um caráter de penitência e vexame. Não sem motivos, Paulo Bertran (2002) acredita ser esta a razão inicial da Procissão do Fogaréu em Goiás: “Entre esses vexames pode ter ocorrido à punição de comparecerem os implicados as festas da Semana Santa, vestidos com a estamenta de lã grosseria dos pecadores, e o chapéu cônico, o capuz dos condenados” (p. 59).

Com o passar do tempo, o farricoco perde gradativamente esse caráter penitencial e passa a representar os mantenedores da ordem. Isso pode ser comprovado nos documentos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da cidade de Goiás. Conforme assinala Carlos Fernando Magalhães (1998), por volta da segunda metade do século XIX a Irmandade do Santíssimo vai perdendo força, e seus irmãos são incorporados pela Irmandade dos Passos que, aos poucos, se transforma na principal irmandade de Goiás. Prova disso é que ela se torna a responsável pelas procissões da Semana Santa, de acordo com os registros em suas atas a partir de 1840.

Não existem documentos que demonstram que a Procissão do Fogaréu era realizada pela Irmandade dos Passos em Goiás. Porém, podemos assegurar que, assim como ocorria em outras cidades brasileiras, o farricoco era um dos personagens que integravam as suas solenidades. Encontramos a rubrica “Pagamento ao Farricoco” ou “Gratificação ao Farricoco” nas despesas da Irmandade nos anos de 1840, 1841, 1843 a 1846, 1851 a 1854, 1870, 1871, 1875, 1876 e 1878. Transcrevemos alguns destes registros a título de exemplo: “1840 - (...) Ao Farricoco. 46,40” (p. 2). “1878 - Abril. (...) Pago a Francisco de Sousa, pelo papel que fez de Farricoco como consta do documento n.º 50. 2#400” (p. 84).

Todavia, nos termos de mesa da Irmandade dos Passos de 13 de maio de 1885 encontramos uma importante informação: o primeiro registro (que se tem até o momento) que comprova a existência da Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás no século XIX. Relatando as medidas que deveriam ser tomadas pela Irmandade, especialmente a proibição de procissões noturnas, um ofício do Bispo Dom Cláudio José Ponce de Leão, transcrito em ata, dispôs:

Porquanto tem nos mostrado a experiência, que nas procissões de noite pode haver, e há muitas offensas a Deus Nosso Senhor, as quais diz o Apóstolo são obras das trevas, de que é princípio o demônio. Ordenamos e mandamos, sob pena de excommunhão maior *ipso facto*, que nenhuma procissão, assim das que já estão instituídas, com ao diante se instituam, se possa fazer de noite das Ave Maria por diante, e que nenhuma comece tão tarde, que sejam preciso recolher de noite, **exceptuando-se a procissão que por uso antigo e geralmente recebido e praticado no Reino, e nesta cidade se costuma fazer Quinta Feira Santa, digo de Endoenças, sahindo da Igreja da Misericórdia.** (...) E proibimos às mulheres, sob pena de excomunhão maior *ipso facto* acompanhar as ditas procissões, e as mais que de nossa licença se fizerem de noite. (...) + Cláudio José Bispo de Goyaz (p. 45-46, grifos nossos).

O documento além de permitir a realização da Procissão das Endoenças ou do Fogaréu (ver a referência à Igreja da Misericórdia), ainda informa que ela tinha sido recebida de Portugal e há anos vinha sendo praticada em Goiás. Outro documento que cita a prática do Fogaréu em Goiás consiste no diário de Anna Joaquina que relata a Procissão de fins do século XIX até início do século XX. Conforme nos informa Keley Carneiro (2005):

Encontrei o diário no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – IPEHBC – de uma cidadã vilaboense, Anna Joaquina da Silva Marques, sem grandes prestígios, irmã de uma professora da cidade: Mestre Nhola. Anna Joaquina em seus escritos que são de 1880 a 1930, coloca a partir de 1899 que na quinta feira santa após a missa do lava pés havia a Procissão do Fogaréu, fez tal registro nos anos de 1899, 1902, 1908 e 1927 (p. 63).

Regina Lacerda (1979), ratificando as informações dispostas acima, escreve que por certo tempo a Procissão do Fogaréu foi “realizada por devotos especialmente da paróquia da Boa Morte” e “esteve em declínio, contando com reduzido número de participantes esmorecidos” (p. 50). Também Ofélia Sócrates Monteiro (1974) acena sua existência entre 1907 e 1911; “Bem mais tarde, à meia-noite, realizava-se a Procissão do Fogaréu. Um grupo de homens, archote aceso na mão, percorria, em passos acelerados, certa parte da cidade. Representava o pessoal que prendeu Jesus” (p. 38).

Pelos relatos, observamos que a Procissão em fins do século XIX e início do XX já assumia a função de representar a busca e prisão do Cristo. O caráter penitencial e a figura dos farricocos haviam ficado na memória. Como conclusão, podemos afirmar que existia em Goiás, há dois séculos, tanto a figura do farricoco quanto a celebração da Procissão do Fogaréu. O que não se sabe é se esta personagem que participava das celebrações nas Procissões de Passos, também integrava a Procissão de Endoenças tal como ocorria na Península Ibérica e em algumas das cidades coloniais brasileiras. Fica lançada a dúvida/desafio.

Seu ressurgimento ou (re)invenção, na década de 1960, através da Organização Vilaboense de Artes e Tradições - OVAT constitui outro objeto aspecto a ser observado. A partir do livro *A invenção das tradições*, organizado pelos historiadores Eric Hobsbawn e Terence Ranger, Mônica Martins da Silva (2008) sugere um itinerário:

representação teatral da perseguição de Jesus pelos soldados romanos. O ritual, que atualmente dura em torno de duas horas, é realizado por um conjunto de personagens que se reúne à porta da antiga Igreja da Boa Morte, hoje Museu de Arte Sacra da Boa Morte, e percorre um trecho fixo pelas ruas da cidade. Os personagens centrais da trama são chamados de farricocos, 40 homens vestidos de túnicas coloridas e que usam tochas de fogo durante o seu trajeto. Essa manifestação é atualmente um dos principais eventos dos roteiros de turistas que se interessam em conhecer um pouco da história e da cultura de Goiás. (...) Considero necessário perscrutar o contexto de criação da OVAT e como podemos relacioná-lo com as iniciativas de seus membros, indagando os motivos que nortearam as suas escolhas (p. 60-65).

Através de entrevistas, obtivemos algumas informações para que possamos compreender este contexto e o objetivo de alguns de seus membros:

Foi todo um processo. Não foi de repente que a Procissão do Fogaréu surgiu, espontaneamente... Foi um processo: resgataram as músicas, as serenatas, as modinhas... Começou a se pensar em Veiga Valle, Elder redescobre o Veiga Valle... Recuperaram-se nomes como Joaquim Bonifácio, Luis do Couto, Constâncio Gomes... A poesia, a própria Cora Coralina estava aqui, já havia retornado, estava em plena efervescência cultural, havia a presença de Cora, palestras... E houve um momento em que fundamos aqui um movimento estudantil muito forte, que contribui significativamente para esta reflexão sobre a vida da cidade. (...) Chega-se então á Semana Santa. Decidimos recuperar as tradições, mas não mudar. Hoje já existe este termo pós-moderno: invenção das tradições. Então nós fomos inventar a Semana Santa, mas não foi uma invenção arbitrária, procuramos recuperar práticas que aqui existiram. (...) A OVAT surge após todas essas reflexões. Sentimos uma necessidade e, nesse momento, não era mais um debate, era um objetivo, um projeto. Após os diálogos e reflexões nós definimos um projeto: uma organização que canalizasse e englobasse todos esses anseios; uma organização que não visasse apenas o resgate de um período, de um fato, de uma comemoração, mas das tradições como um todo. Assim foi fundada a OVAT (Entrevista com Hecival Alves de Castro, fundador da OVAT e responsável pela organização da procissão, 2008).

Todavia, a recriação não foi totalmente arbitrária:

Por ouvir dizer das pessoas mais velhas, ficamos sabendo da existência da Procissão do Fogaréu que havia desaparecido. Diziam que existia a Procissão do Fogaréu aqui em Goiás, que mulher não podia acompanhar... Então começamos a pesquisar mais sobre ela. Procuramos os mais velhos, porém não havia ninguém que a havia vivenciado. Diziam o que seus avós e pais contaram, porém não encontramos alguém que tivesse assistido a Procissão do Fogaréu. E no grupo, fui eu quem ficou responsável pela pesquisa sobre o Fogaréu. Comecei a pesquisar e a primeira coisa que fiz foi ler os livros de atas da Irmandade, mas não encontrei nenhuma referência. Depois encontrei um livro de receitas e despesas e na leitura identifiquei em vários anos uma rubrica, pago a um furnicoco - não era nem farricoco - pela saída na procissão e constatei que realmente existia a figura do farricoco. Depois conversei com minha avó, que era muito religiosa, e ela contava para mim que se cantavam as ladainhas ou profecias e a Procissão entrava pela porta central das igrejas e saía pela lateral. Ela também me contou que a Procissão era realizada na Quinta Feira, no dia de Endoenças, e citou a figura do farricoco, que era um homem encapuzado e me explicou tudo do modo como lhe haviam contado. Depois de todas as pesquisas, nós nos reunimos e fomos montando as celebrações. O que já existia, nós aproveitamos para aprimorar (Entrevista com Elder Camargo de Passos, fundador da OVAT e responsável pela organização da procissão, 2008).

Outro aspecto que deve ser considerado é a relação do Fogaréu com a cidade, o laço umbilical:

Há uma importância fundamental da cidade. O cenário de Goiás não é secundário. É a cidade que proporciona todo o encanto da procissão. A Procissão do Fogaréu já foi realizada em Caldas Novas, em Luziânia, mas não teve o mesmo apelo místico, não teve o mesmo impacto que as ruas de Goiás proporcionam. A própria arquitetura, o colonial, como falei anteriormente, aqui você reencontra com o tempo da Jerusalém, à época do Cristo. Não é apenas o fogo, é a própria

paisagem, é o que difere: as ruas estreitas, as pontes, as luzes apagadas, a lua cheia, os beirais coloniais, as escadarias do Rosário, o romantismo da paisagem, e, principalmente, o rufar dos tambores, a cadência dos tambores que marca os passos... Você se sente levado pela procissão. (Entrevista com Hecival Alves de Castro, fundador da OVAT e responsável pela organização da procissão, 2008).



Fig. 7. Farricocos. Foto Eraldo Peres, 2002.

O espaço urbano e a sociedade são duas faces de uma mesma moeda. Poderíamos afirmar que hoje estudar a cidade é compreender a sociedade, cidade e sociedade estão imbricadas. A cidade consiste em um dos principais espaços onde ocorrem os vínculos sociais e suas manifestações. De acordo com Kohlsdorf (1996), existiriam variadas manifestações concretas e tipos de espaço arquitetônico e urbanístico (entidades arquitetônicas) que possuiriam em comum uma natureza ao mesmo tempo física e social. O espaço urbano não seria rígido e neutro, mas capaz de oferecer restrições e possibilitar a realização de práticas sociais. As qualidades físicas do espaço convivem com os atributos sociais que instituem permanentes transformações. Nesse sentido, torna-se fundamental o estabelecimento de análises tanto a partir das características de produção quanto das de utilização dos espaços arquitetônicos. Os lugares transmitiriam mensagens que podem ser interpretadas como revelação de sinais codificados e a estética da cidade, como meio de aprendizado, contribuiria para a compreensão das expectativas sociais dos indivíduos. Uma importante característica a ser considerada nestas análises é a vinculação da forma da cidade à dimensão sócio-cultural nos seus aspectos simbólicos, dialogando composição plástica e natureza cultural, na análise das práticas sociais que se desenvolvem em lugares predeterminados.

Daí não se deve negligenciar, dentre vários outros aspectos, que através de celebrações como o Fogaréu alguns espaços da cidade são apropriados por aqueles que participam do ritual – a cidade não seria apenas palco, mas uma das protagonistas da celebração/transmissão.

Escritura e narrativa. Memória e sociedade. No princípio Deus teria criado os céus e a terra, havendo trevas sobre a face do abismo. O ser miraculoso ao criar a luz e ao ver que era boa, teria promovido a separação entre a luz e as trevas. (Cf. Gên, 1, 1-4). E foi quando “a perdida gente/ no sertão impérvio,/ riscou o roteiro incerto/ do velho Bandeirante/ e Bartolomeu Bueno,/ bruxo feiticeiro,/ num passe de magia/ histórica/ tirou Goyaz de um prato/ de aguardente” (CORALINA, 2001, p. 32). Hoje num passe de magia histórica Goiás ressurgiu dos archotes dos farricocos através da rememoração de uma narrativa que veio do além-mar e que aqui renasce a cada ano no dia de Endoenças. Cumpriram-se, assim, as profecias.

Referências Bibliográficas

A Bíblia Sagrada. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As misericórdias portuguesas enquanto palco de sociabilidades no século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, 2006.

BERTRAN, Paulo. FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás, Patrimônio da Humanidade: origens*. Brasília e São Paulo: Ed. Verano e Takamo, 2002.

BRITTO, Clovis Carvalho (Org.). *Luzes & Trevas: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. *Santa Casa da Misericórdia da Bahia*. Disponível: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/stcasaba.htm>. Acesso em: 10 nov. 2007.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da Semana Santa através do estudo das irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVII ao XX). *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 19, 2005.

CARNEIRO, Keley Cristina. *Cartografia de Goiás: patrimônio, festas e memória*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2005.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CORALINA, Cora. *Meu livro de cordel*. 9. ed. São Paulo: Global, 2001.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n.º 23, jan/jun 2005.

ETZEL, Eduardo. *Divino: simbolismo no folclore e na arte popular*. São Paulo: Giordano; Rio de Janeiro: Kosmos, 1995.

FALCÃO, Manuel Franco. *Enciclopédia Católica Popular*. São Paulo: Paulinas, 2004.

FARIA, Ronaldo de. *Turismo e tradição: olhares revelados pela Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás*. 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, 2006.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- IGREJA da Misericórdia. Disponível em: http://www.santacasaba.org.br/igreja_misericordia.php. Acesso em: 09 nov. 2007.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LACERDA, Regina. Procissão do Fogaréu. *Anuário da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*, Goiânia, 1979-1980.
- MAGALHÃES, Carlos Fernando Filgueiras de. Confrarias religiosas como expressão artística nos séculos XVIII e XIX nas minas dos Goyazes (Irmandades de brancos, pretos e mulatos). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, v. 14, jul/dez, 1998.
- MENDONÇA, Belkiss S. Carneiro de. *A música em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências (Goiás de Antanho) 1907-1911*. Goiânia: Oriente, 1974.
- MORALEZ, Francisco Javier López. Entrevista. *O Popular*, Goiânia, 18 dez 2001.
- MOTT, Luiz. A inquisição em Goiás: fontes e pistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 13, Goiânia, 1993.
- PIO, Fernando. *Imagens, arte sacra e outras histórias*. Recife: Museu Franciscano de Arte Sacra, 1977.
- POHL, Johann Baptist Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. v. 1.
- PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- QUARESMA e solenidades da Semana Santa 2007. Braga, Portugal, 2007. Disponível em: <http://www.semanasantabraga.com/content.asp?startAt=4&categoryID=99>. Acesso em: 4 nov. 2007.
- SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: UCG, 2006.
- SILVA, Mônica Martins da. A “invenção do Fogaréu” e os enredos do folclore vilaboense. In: BRITTO, Clovis Carvalho (Org.). *Luzes & Trevas: estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. Um texto fundador e as raízes de uma interpretação: Sérgio Buarque de Holanda e a desordem pitoresca da cidade colonial. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003.
- VELA, Juan Cristóbal Jurado. Las cofradías veleñas en el siglo XVII. 2004. Disponível em: <http://www.elnazareno.info/Cultos/jcvcofradiasvelez.htm>. Acesso em: 4 nov. 2007.